

***Tá na rua* Representações da prática dos educadores de rua.**

Marize Rauber Engelbrecht¹

ALMEIDA, José Luis Vieira de . *Tá na rua* Representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

O livro intitulado *Tá na Rua: representações da prática dos educadores de rua*, de autoria de José Luis Vieira de Almeida é o resultado da tese de doutorado na USP em 1997. Diante da abrangência de sua tese de doutorado, para esta publicação o autor optou por trazer a discussão das categorias de análise - representação e mediação- ao invés de abordar sua metodologia de pesquisa.

O eixo principal perseguido pelo autor é de nos oferecer um estudo das ações educativas dirigidas aos meninos e meninas de rua examinando-os por meio do olhar dos denominados educadores de rua. Para isso, o autor realizou entrevistas semi - estruturada, de forma individual com educadores que atuavam no estado de São Paulo, no período de 1993 a 1994, totalizando em 46 entrevistas.

Busca refletir sobre as complexas e graves questões da exclusão social dos jovens brasileiros sob o viés das representações e da mediação dos que se dedicam ao trabalho pedagógico que ocorre nos espaços abertos.

O autor pretende neste livro analisar as representações expressas pelos educadores de rua no trabalho desenvolvido junto aos meninos e meninas de rua sendo que esta pesquisa é decorrente da experiência do próprio autor como educador de rua no estado de São Paulo, no período de 1975 a 1982.

O autor José de Almeida se pauta na condição de que as atividades desenvolvidas pelos educadores de rua diferem dos estabelecimentos fechados e passam a propagar um discurso que foi o responsável pela consolidação deste processo. Este discurso articulado pelos educadores de rua lhe confere a condição de especialista, no entanto, esta denominação só pode ser atribuída a partir da experiência, ou seja, os educadores com mais tempo de atuação tendem a se tornar especialistas.

A temática de investigação neste livro explora a idéia de que os especialistas em atividades educativas junto aos meninos e meninas de rua constroem o seu discurso a partir de representações, só que estas não estão fundamentadas em teorias alicerçadas em métodos de análise da realidade, mas de como expli-

cam a realidade e justificam a metodologia presente nas atividades que realizam, que se constitui de formulações simbólicas do mero senso comum.

Para dar conta de explicar as representações dos educadores de rua, foi construído um referencial teórico complexo utilizando os instrumentos de abordagem da teoria das representações de Henri Lefebvre e a teoria das mediações de István Meszáros, revisando os conceitos de mediação de Marx, Luckács e Hegel.

O estudo traz uma produção intelectual teórica para aprofundar o objeto da pesquisa, utilizando-se assim de categorias explicativas da representação com as formulações de natureza teórica de Lefebvre em que constrói as dimensões da representação para subsidiar posteriormente a análise dos dados, sendo: a) fragmentação, decomposição e recomposição; b) suportes e núcleos representativos; c) produção de equivalências. No entanto, estes aspectos só podem ser compreendidos se tomar como ponto de partida o estabelecimento de mediações.

O livro traz em seu primeiro capítulo, o desenvolvimento da idéia de como as representações interferem na realidade dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais, uma vez que estas representações vão elaborando explicações parciais, ao mesmo tempo omitindo alguns dados e dissimulando as contradições presentes na realidade, mesmo sendo geradas no campo das relações sócio-históricas.

Neste aspecto, o texto lança questões desafiadoras de como podemos superar uma determinada representação que se mostra como a “verdade” e, dificulta a nossa interpretação do real, mesmo sabendo que esta depende das condições históricas que a viabilizem. Para isso aproxima-se da resposta, afirmando que para sua superação é preciso conhecê-las, saber o que elas são, como nascem, se desenvolvem e se enfraquecem. Este debate é viabilizado e muito bem articulado pelo autor quando se fundamenta nas idéias de Marx e Lefebvre.

Destes referenciais traz-se a tona a questão da representação no plano da práxis e da ideologia mostrando a riqueza destas categorias na relação direta com a negação/oposição. Este conteúdo tornou-se necessário no texto para afirmar que nenhuma representação nasce ideologicamente, mas sim que o seu processo é de formação histórica em que expressa o diverso e o contraditório.

Quanto às considerações explicativas da categoria representação no contexto da realidade, explicita-se que não estão nem fora nem acima da realidade, mas fazem parte dela, porém não transformam e não alteram este real, mas pelo contrário, dificultam ou impedem a ocorrência de mudanças, porque as representações tem como atributo distorcer a compreensão dos fatos, das circunstâncias e das relações que se estabelecem.

Seguindo a linha de discussão da representação presente na obra, José Almeida explica as relações sociais veiculando uma aparência deformada do real,

pode-se levantar uma crítica –fundamentada pelo autor- aos educadores de rua, por utilizarem um discurso de que a realidade dos meninos e meninas de rua é considerada como uma obra acabada, que a história se organiza de modo linear e cumulativo por alegarem que a instituição escola comparada a liberdade da rua impõem uma conduta autoritária dos professores e diretores, como também sobre o conteúdo programático da escola. Nesta mesma lógica observa-se que os educadores não admitem a dificuldade que estes meninos e meninas de rua apresentam quanto a aceitação de regras formais, justificando que a realidade tem que se adaptar às condições postas por eles e assim reforçando a idéia de que as representações fazem uso da história para negar sua própria historicidade.

A obra vem contribuir também a partir do segundo capítulo, quando aborda teoricamente a categoria da mediação, onde se constata a relevância e a necessidade de compreender a representação sob o exame das mediações, reforçando que a medição não pode ser considerada como um produto, mas como processo em que se pauta a força e o movimento, sendo assim, dialética. Para compreender o sentido das representações é necessário a compreensão da mediação que está fundada em três categorias essenciais e que lhe são inerentes: a generalidade, particularidade e a singularidade, mostrando que isso ocorre através do movimento do homem com a natureza e com a sociedade.

Expuseram-se as idéias centrais dos diferentes autores clássicos para avançar na compreensão da proposta do estudo, pois pautado nestas duas categorias (representação e mediação) desvelou-se os discursos dos educadores de rua, mostrando inversamente a necessidade de estarem presentes na rua para fazerem um trabalho diferenciado das instituições fechadas e caracterizando o seu trabalho como educativo.

Em relação ao terceiro capítulo apresenta-se a descrição da pesquisa, identificando as representações dos educadores de rua e qual a compreensão que eles têm da problemática meninos e meninas de rua, evidenciando qual o olhar que tem construído sobre a prática educativa que desenvolvem. Para isso o autor procura definir o que vem a ser a denominação “educador de rua” e “meninos e meninas de rua” para esclarecer e desvendar as representações presentes em cada uma destas terminologias. O primeiro, considera-se a pessoa vinculada a um grupo de trabalho sustentado política e financeiramente por uma entidade legalmente constituída e que atua nas vias públicas e centros comerciais, e quanto a segunda, define-se “meninos e meninas de rua”, a criança e ao adolescente que vive neste espaços da cidade e neles desenvolve relações interpessoais no âmbito da rua, visando estratégias de subsistência que gradativamente vai fragilizando o vínculo entre o menino e a menina de rua e seus familiares.

José de Almeida também apresenta em seu livro as conexões que vão se estabelecendo entre as práticas e as nomenclaturas que os educadores de rua

recorrem para graduar as relações que as crianças instituem com a rua, sendo assim denominadas: a) crianças e adolescentes que pernoitam na “rua”, recebem a denominação de “meninos e meninas de rua”, em que estão na rua; b) aquelas que permanecem rodando no centro/comércio da cidade durante um período do dia e retornam para o convívio familiar fazem parte do segmento chamado “situação de rua”, está iniciando o processo de rompimento; c) aqueles que residem em favelas e cortiços situados em bairros que não dispõem de infra-estrutura urbana, cujos pais estão desempregados, subempregados e que não conseguem suprir as necessidades da família e que apresentam um desempenho escolar insatisfatório são consideradas crianças e adolescentes em “situação de risco”, estão em risco de ir para a rua.

É sob estes conceitos que foi se desvendando a crítica das representações que se difundem entre os educadores de rua pelo autor, porém, não se propôs a examinar a origem e abrangência destas representações, mas na sua proposta consegue fazer com muita habilidade a articulação de idéias quando aborda as diferenças entre o trabalho que o educador de rua desenvolve e aquele mantido pelas instituições tradicionais, considerando que os educadores reforçam nos depoimentos que o trabalho desenvolvido é de caráter educativo e não assistencial.

O questionamento colocado em evidência no decorrer da análise do texto sobre a questão educativa aborda que a ação educativa dos educadores de rua e a relação com a educação formal das escolas, apresentam particularidades. No entanto, constata-se neste debate, a questão dos currículos e da formação dos professores em discordância com o saber atribuído pelos meninos e meninas de rua. Nesta lógica reforça-se que não há um saber próprio destes educandos, mas sim que este saber é restrito as estratégias de sobrevivência (e experiência) que garantem a sua permanência na rua e não se relaciona à capacidade de compreensão das relações de organizações sociais em que estão inseridos, ficando no plano a - histórico e imediato. Porque a rua mesmo com toda sua aparente complexidade não é capaz de oferecer parâmetros para a constituição de uma proposta pedagógica, como salientam os educadores de rua.

Em determinado momento o texto traz uma reflexão sobre as políticas sociais e a relação com a cidadania, levantando um questionamento da forma como a cidadania está sendo efetivada junto aos meninos e meninas de rua. Mostra-se que um dos grandes problemas apontados pelos educadores de rua é que a cidadania fica somente no plano do representativo e não no plano real, pois, esta cidadania deveria ser inerente a organização social que a adota e ao indivíduo da respectiva sociedade, não tendo que recorrer à reivindicação e conquista. Este item apresenta uma compreensão equivocada dos educadores de rua quando atribuem que ser cidadão se refere somente ao acesso a serviços, bens ou condições de subsistência propiciado pelas políticas sociais, porém aprofunda-se este debate no texto

evidenciando que ser cidadão é muito mais amplo e complexo porque diz respeito à participação, tendo em vista o processo decisório. E isto não aparece nos depoimentos dos educadores o que evidencia a falta de conhecimento que tem da própria fundamentação do que é cidadania e políticas sociais, reforçando em isso a eficácia da representação.

Como principais conclusões, afirma-se que os meninos e meninas de rua não existem, do ponto de vista histórico e social, pois são crianças e adolescentes que estão em circulação, isto é, que passam por várias situações de estadia ou de residência que são transitórias como por exemplo, junto a famílias de parentes ou de conhecidos, em instituições e, dentre elas inclui-se a rua, porém, nenhuma delas é definitiva. Isto é decorrente do próprio processo de espolição dos quais eles provem, porque antes de serem de rua esses meninos e meninas de rua são espoliados e vivem na miséria. Nesta lógica a complexidade da rua não reside naquilo que mostra no seu cotidiano, mas no que esconde; que é a historicidade inerente aos interesses e relações que nela se expressam.

Quanto à questão de quem surgiu primeiro, o educador de rua ou os meninos e meninas de rua chega-se a definição de que os educadores de rua explicam a existência dos educandos, por que os educadores que identificam, diferenciam e denominam os meninos e meninas de rua, distinguindo-os da população de crianças e adolescentes de rua em circulação, bem como dos outros educadores. Nota-se a partir dos depoimentos dos educadores de rua que, se comparados as instituições educacionais tendem a apresentar maior autonomia para fundamentar suas práticas educativas, pautadas na liberdade respeito às necessidades e expectativas dos educandos, em oposição a metodologia utilizada pelas instituições que caracterizam como autoritárias e repressoras. Porém, afirma-se que a principal diferença entre os educadores de rua e as pessoas de outras instituições está nas representações que estes educadores veiculam, isto é, a diferença se verifica no plano da representativo e não da realidade.

Em sua conclusão José de Almeida, afirma que o educador de rua é uma representação, mas ao desenvolverem atividades com o menino e menina de rua não reconhece o caráter representativo em tais atividades. Este fato ocorre porque esta é uma das capacidades da representação em que esconde a história do representativo e vai se produzindo explicações acerca da sociedade que têm sua base no discurso, aproximando-se da ideologia e produzindo visões deformadas do real.

Cria-se a representação nos educadores de rua no contexto de um discurso competente que vinculam outros discursos também portadores de representação. Neste sentido, acrescenta-se que o educador de rua quando um especialista, produz as representações que justificam a atuação de todos os educadores de rua com os meninos e meninas de rua e passam a brigar por interesses pessoais e grupais.

Isto vem comprovar que a crítica desenvolvida pelos educadores é conservadora, porque está fundada no representativo e o seu compromisso não é com a mudança social, mas a manutenção e reprodução das relações sociais vigentes.

E para finalizar, o livro traz importantes contribuições aos estudos sobre educadores de rua, por apresentar dados do universo de trabalho destes indivíduos e a compreensão que tem das ações desenvolvidas, em que estes avaliam que as atividades proporcionadas por eles é uma alternativa de conforto e alívio para o sofrimento e condição a que estão expostos os meninos e meninas de rua. É no contexto do trabalho educativo e de promoção social que as crianças e os adolescentes devem ser reconhecidos enquanto pessoas em desenvolvimento e, portanto, portadoras de direitos e deveres condizentes com as fases de vida em que se encontram.

O autor nesta obra explora, além do tema central, aspectos do atual debate sobre as instituições educacionais, a cidadania, a condição e composição familiar e de como estes fenômenos afetam os destinos das crianças e adolescentes. Temática que ainda exige muita pesquisa e conhecimento científico para dar conta de explicar e desmistificar a realidade que está mascarada e naturalizada.

NOTAS

1Assistente social, doutoranda em serviço social pela PUC/SP, professora do Curso de Serviço Social - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE